

APR 0034

Carajás



O projeto sai do papel

O que está sendo feito para o aproveitamento comercial da província mineral de Carajás

Quando sai o minério

(em milhões de toneladas/ano)

1985	15
1986	25
1987	35

Projetos já aprovados

(em bilhão de dólares)

Minério de ferro	4,1
Alumínio	
Projeto Albrás-Alunorte	2,6
Projeto Alumar (Alcoa-Shell)	1,4

Quem vai emprestar

(em dólar)

Japão	500 milhões
Comunidade Econômica	
Européia	600 milhões
Banco Mundial	300 milhões
Governo brasileiro	2,6 bilhões
(Vale do Rio Doce, BNDE, bancos privados)	

O que está sendo feito*

Ferrovia Carajás—São Luís
Porto em São Luís
Porto Vila do Conde

*A Hidrelétrica de Tucuruí, com um custo de 5,6 bilhões de dólares, dará viabilidade ao Projeto Grande Carajás

Economia e Negócios

Carajás dá a largada

Com 1,1 bilhão de dólares na bagagem, Delfim assegura a exportação de 15 milhões de toneladas de minério de ferro do Pará já em 1985

Quando o ministro Delfim Netto ouviu do presidente João Figueiredo, no ano passado, a afirmativa de que o grandioso Projeto Carajás se tornaria uma realidade ainda no seu governo, certamente não avaliava o quanto isto iria ser difícil. Maior reserva de minério de ferro do mundo, Carajás, encravada no Estado do Pará, exige dinheiro que o país não tem, além de confiança dos investidores, recursos técnicos, gerência altamente eficiente e mercados — um pacote que poderia facilmente aprisionar o projeto na categoria das obras “para o futuro”. Desde a semana passada, porém, este futuro está bem mais próximo. Ao fim de um período que se encerrará nesta terça-feira e

que incluiu visitas a Tóquio, Frankfurt e Washington, Delfim volta a Brasília com um “cheque” de 1,1 bilhão de dólares — o suficiente para garantir que, já em 1985, os primeiros 15 milhões de toneladas de ferro, num valor de 300 milhões de dólares a preços de hoje, estarão saindo das montanhas de Carajás rumo ao mercado internacional. “Nunca houve um projeto mais bonito”, exultava Delfim em Frankfurt na semana passada. “Não há nenhuma pressão inflacionária para o seu desenvolvimento, só o ferro nos dará uma receita estimada de 800 milhões de dólares por ano a partir de 1987 e serão criados nada menos que 11 000 empregos diretos.”

De fato, o ministro do Planejamento ti-

nha razões para esta euforia. Às apreensões dos japoneses e dos técnicos do Banco Mundial sobre a real capacidade de o governo brasileiro conseguir montar um esquema eficiente para explorar a inimaginável reserva de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro enterradas em Carajás, Delfim pôde mais uma vez desfiar os atrativos do projeto. Destinados a proteger os investimentos privados, tais atrativos, já decididos pelo Conselho Deliberativo de Grande Carajás, incluem a isenção de imposto de renda pelo prazo de dez anos, tarifa subsidiada de energia, isenção de impostos para a importação de equipamentos e o arrendamento por trinta anos de terras da União.

Os japoneses, desta vez, se convence-

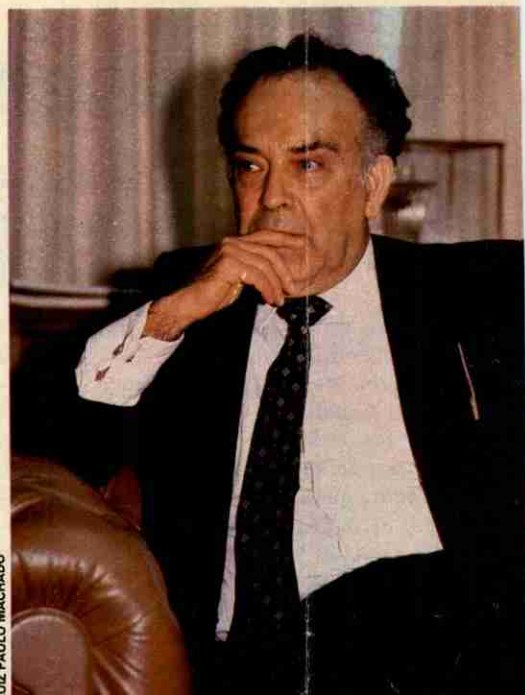
ram de que valia a pena jogar dinheiro em Carajás — e, depois de uma prolongada rodada de negociações, Delfim apertaria a mão de Takashi Hosomi, presidente do Fundo de Cooperação Econômica, que garante substancial parte dos 500 milhões de dólares amealhados em Tóquio. O dinheiro, classicamente, sairá em fatias. O Eximbank japonês fez um empréstimo direto de 50 milhões de dólares à Companhia Vale do Rio Doce. As sete maiores siderúrgicas japonesas criaram um novo modelo de associação para possibilitar um repasse de 250 milhões de dólares para a Vale. Por fim, um sindicato de bancos japoneses liderados pelo Banco de Tóquio subscreverá 200 milhões de dólares em debêntures da Vale.

EMPRÉSTIMO PIONEIRO — Um forte aliado na argumentação do ministro Delfim Netto em Tóquio foi o resultado da balança comercial brasileira este ano — até novembro, um superávit de 1 bilhão de dólares — que colocou o Brasil entre os poucos países importadores de petróleo que poderão exibir tal *performance* no fim de 1981. A escala seguinte da viagem, Frankfurt, igualmente reservou para a comitiva brasileira — que contou com a ativa participação do presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista — outras boas notícias. Ali, Delfim negociou com a Comunidade Econômica Europeia mais 600 milhões de dólares, que escoarão dos países-membros para os cofres da Vale. Foi a primeira vez em sua história que a CEE aceitou financiar um projeto fora de um país-membro. “O mais importante de tudo foi a introdução de uma cláusula pela qual o país que se comprometeu a importar uma determinada quantidade de minério fica obrigado ao seu pagamento ainda que não venha buscá-lo no porto”, explicou Batista em Bruxelas. “Foi algo que nós nunca havia-

mos conseguido em toda a existência da Vale. Isso garante a nossa receita.”

COM MAIOR CACIFE — Os bons resultados obtidos no Japão e na Europa terão, para Carajás, um efeito suplementar: podem garantir condições mais confortáveis de negociação com o Banco Mundial, em Washington, onde o Brasil espera concluir uma outra operação de financiamento para tocar o projeto, no valor de 300 milhões de dólares. Carajás, no entanto, não estava tramitando com suavidade pelos intrincados canais da burocracia interna do Banco Mundial — tanto assim, que o governo brasileiro preferiu adiar, para janeiro, uma decisiva reunião que teria com a cúpula do organismo nesta segunda-feira. Neste intervalo, Delfim pretendia exatamente reunir cacife suficiente para enfrentar a direção do banco. Conseguiu: ao chegar a Washington no final da semana passada, para uma reunião preparatória, o ministro podia colocar em cima da mesa fichas no valor de 1,1 bilhão de dólares, para disputar os 300 milhões que pretende obter do Banco Mundial.

Por que um projeto como Carajás receberia um tratamento mais duro do Banco Mundial? A razão é simples. Após ter financiado a maior parte dos projetos siderúrgicos do Brasil, assim como a expansão do programa hidrelétrico, o Banco Mundial vem se mostrando preocupado com dois problemas: o proposital adormecimento que Delfim impôs ao ritmo das obras nas siderúrgicas e a baixa rentabilidade das empresas de eletricidade. Ambos os fatos, segundo o banco, poderiam criar dificuldades para o retorno dos empréstimos concedidos. Assim, no mês passado, sem muitos rodeios, fizeram saber a Delfim que o dinheiro para Carajás só seria liberado mediante o cumprimento de duas condições: a reativação



LUIS PAULO MACHADO

Batista: receitas estão garantidas

do programa siderúrgico e a elevação das tarifas de energia elétrica, a fim de gerar receitas para as empresas do setor.

Esta questão está em vias de ser contornada. No caso da siderurgia, as indicações são de que Delfim abrirá um pouco mais as torneiras, de forma a irrigar o seu plano de expansão. As tarifas elétricas, por sua vez, serão aumentadas 3% acima da inflação em 1982. O atendimento destas condições, acreditam os negociadores brasileiros, deixará o Banco Mundial pouco à vontade para adiar mais uma vez a concessão de um empréstimo ao seu maior cliente na última década — sobretudo quando ele já tem no bolso 1,1 bilhão de dólares para dar início efetivo à extração do minério de Carajás.

Para onde vai o minério

Países que já assinaram contratos com a Vale do Rio Doce para a compra do minério de ferro de Carajás (em milhões de toneladas)

